UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

Estratégia de MEIOS DE VIDA

BRASIL

2023-2025

Introdução

Este documento apresenta a estratégia da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) para apoiar pessoas em deslocamento forçado na sua inclusão socioeconômica e produtiva no Brasil, durante o período de 2023 a 2025, priorizando aquelas que vivem abaixo da linha de pobreza e/ou têm necessidades específicas de proteção. Para viabilizar tal objetivo, o ACNUR trabalhará em complementaridade às iniciativas públicas e privadas brasileiras e em parceria com diferentes níveis do governo, do setor privado, das organizações da sociedade civil, dos atores do desenvolvimento, da academia, das agências, fundos e programas das Nações Unidas e fóruns de ações coordenadas. O objetivo é a inclusão desta população nas políticas e nos serviços públicos e privados de educação profissional, de empregabilidade e empreendedorismo, aprendizagem da língua portuguesa, em conformidade com políticas públicas adaptadas e sensíveis nos níveis federal, estadual e municipal.

No âmbito econômico e financeiro, o ACNUR seguirá apoiando programas de emprego e geração de renda já existentes e estimulando o envolvimento do setor privado e dos atores do desenvolvimento. O resultado esperado é que a geração de renda ajude a ampliar a autonomia e dignidade das pessoas deslocadas, bem como impulsionar o desenvolvimento local, gerar novas oportunidades de negócios e da arrecadação de impostos, contribuindo ainda mais para a melhoria do bem-estar das comunidades de acolhida.

Contexto

BRASIL

5º país do mundo
em relação à acolhida de pessoas venezuelanas deslocadas

2º país do mundo
com maior número de pessoas venezuelanas reconhecidas como refugiadas.

426 mil pessoas venezuelanas vivem no Brasil

Outras nacionalidades que chegam ao país:

Síria · Senegal · Angola · RDC · Afeganistão · Ucrânia

Fonte: Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V) em março de 2023, disponível em r4v.info/pt/brazil

Pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil

Têm 30% menos possibilidade de acessar serviços sociais

São mais atingidas pela pobreza

Fonte: Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil disponível em bit.ly/3KAB2ne

EDUCAÇÃO

Crianças refugiadas e migrantes venezuelanas

53% menos probabilidade de ir à escola em relação aos brasileiros

Fonte: Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil disponível em bit.ly/3KAB2ne

42% em idade escolar estavam matriculadas no ensino regular

Fonte: Censo Escolar (2021)

EMPREGABILIDADE

84 mil
pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas estavam empregadas no mercado de trabalho formal

- Indústria (operadores de máquinas e veículos)
- Hotelaria
- Serviços pessoais e de limpeza
- Segurança privada

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Fim de 2022

Pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas

Mais jovens e com maior probabilidade de terem concluído o ensino médio quando comparados às pessoas brasileiras

1/3 de chance de serem contratadas no mercado de trabalho formal

Trabalham em empregos de baixa qualidade e com menor remuneração do que a população brasileira.

Fonte: Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil disponível em bit.ly/3KAB2ne

Contexto

Fluxo mais recente de pessoas venezuelanas apresenta menor escolaridade e concentração de interiorização no Sul

- Venezuela representa + de 70% das pessoas em necessidades de proteção internacional no Brasil em 2021, porém Afeganistão apresenta crescimento expressivo recentemente (180% ao ano entre 2020 e 2022)

- População indígena venezuelana representa 6% dos cadastros do ACNUR, totalizando 8,4 mil registros entre 2018 e 2022

- Ondas mais recentes de pessoas venezuelanas apresentam perfil etário mais jovem e nível educacional menor
- Refugiados afegãos apresentam alto nível educacional (+60% com ensino superior)

- 10 profissões concentram experiência profissional prévia de 2/3 das pessoas refugiadas cadastrados no ACNUR
- Enquanto maioria das pessoas venezuelanas tem experiência em construção civil, serviços pessoais e vendas, afegãs apresentam experiência em gestão, direito e medicina

- Região Sul do país concentra +50% de pessoas refugiadas interiorizadas
- Melhoria na modalidade de Vaga de Emprego Sinalizada na região Sul levou a um grande aumento em 2021 e 2022, tornando a região o principal foco da modalidade

Contexto

Cinco dores principais permeiam toda a jornada de empregabilidade de pessoas refugiadas no Brasil

1. Baixa proficiência na **língua portuguesa**
2. Desafios para identificar e utilizar **recursos disponíveis e meios digitais**
3. Acesso limitado a **vagas de emprego**, especialmente formais
4. **Capacitação profissional** baixa ou diferente das oportunidades disponíveis
5. **Discriminação e falta de adaptação** às pessoas refugiadas e migrantes

Posição inicial

Condições iniciais relacionadas à localização, capacitação, estrutura familiar, etc.

Busca de Vagas

Mapeamento de vagas dentro dos critérios de escolha do refugiado

Aplicação

Preparação de documentos e aplicação para vagas desejadas

Atuação profissional

Atuação no trabalho obtido e melhoria continua

Aftercare

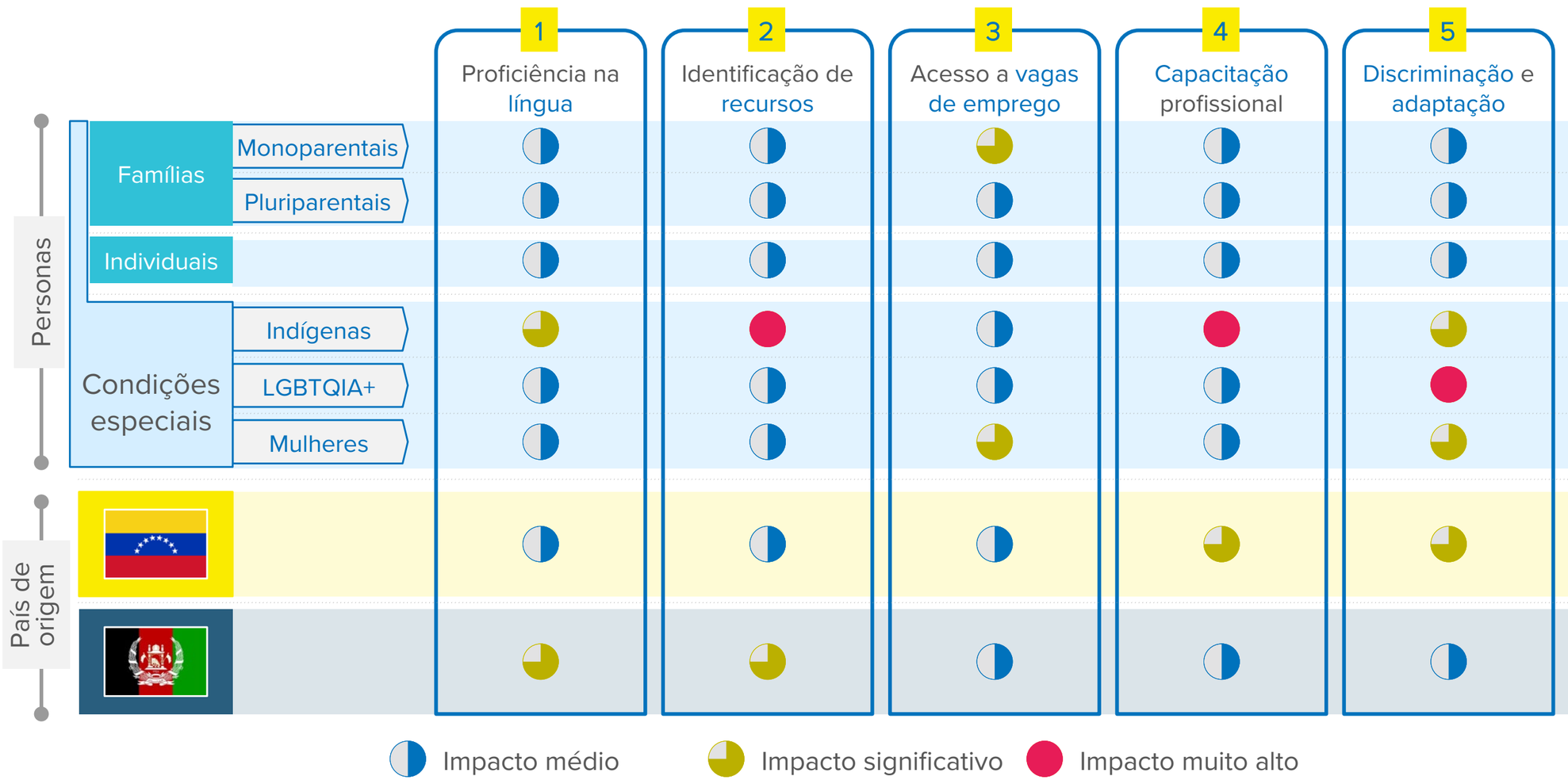
Cuidado contínuo após inserção no mercado de trabalho

Preparação

Preparação para atuação nas posições desejadas

Contexto

Dores afetam as personas em diferentes intensidades



Fonte: Entrevista com refugiados e migrantes, entrevistas com empregadores

Contexto

Pessoas venezuelanas apresentam *gap* de empregabilidade e concentração em poucas empresas no Sul e Sudeste

Houve aumento significativo no número de venezuelanos empregados entre 2018 e 2022 (~65k novos venezuelanos empregados), porém ainda existe um gap relevante entre venezuelanos empregados e população em necessidade de proteção internacional (+ de 180 mil)

- Saldo de contratações de venezuelanos em 2022 foi de +35% das admissões, 3x superior a de brasileiros

Serviços (23%), funções transversais nas indústrias (23%), fabricação de alimentos (11%) e construção civil (9%) representam 66% das contratações de venezuelanos em 2022

- Funções transversais e fabricação de alimentos têm concentração superior de venezuelanos na comparação com brasileiros

Algumas empresas têm alto impacto na empregabilidade: 20 empresas concentram 20% de empregados venezuelanos no Brasil, mas 60% dos contratados estão em empresas com até 10 venezuelanos

Regiões Sul (47%) e Sudeste (36%) concentram contratações de venezuelanos, sendo Santa Catarina responsável por 24% do total de contratações

Venezuelanos sofrem mais rebaixamento profissional que brasileiros e têm mais chances de acessarem subempregos ou mercado informal

Fonte: Base harmonizada RAIS-CTPS-CAGED, Relatório Global ACNUR, CAGED, ProGress V4, Dados de emprego por CNPJ com base em RAIS 2020, relatórios públicos

Contexto

Empresas são motivadas a contratar por motivos de negócio e tendem a adaptar processo de contratação

Motivação primária de contratação é necessidade do negócio → Empresas desenvolvem processo específico para a contratação de pessoas refugiadas e migrantes.

Dificuldade em contratar Brasileiros

- **Condições de trabalho** desafiadoras
- **Local** com mão de obra escassa
- Demanda de **2º idioma**

Resultados positivos de recursos humanos e diversidade e inclusão

- **Turnover 20-25% menor** do que de trabalhadores locais
- Maior **comprometimento**
- Maior **formação/experiência profissional**
- Promoção de **diversidade e inclusão**

Fonte: Entrevista com refugiados e migrantes, entrevistas com empregadores

Definição de áreas prioritárias da Estratégia

1 MERCADO DE TRABALHO

2 EMPREENDEDORISMO E AUTOEMPREGO

3 EDUCAÇÃO E ENSINO DE PORTUGUÊS

4 POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

5 INTERIORIZAÇÃO

FATORES VIABILIZADORES

- Plano Estratégico de Engajamento com Atores de Desenvolvimento
- Comunicação com comunidades e Inclusão Digital
- Marco de Cooperação da ONU para o Desenvolvimento
- Alinhamento com Multifunctional Team e Escritórios de Campo

UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

Prioridade a grupos com necessidades específicas

As ações propostas são voltadas, prioritariamente, aos perfis que enfrentam mais dificuldade de integração local, como acesso à geração de renda e empregos formais, cursos de qualificação e de português, serviços básicos de educação, saúde e assistência social.

- Mulheres (sobretudo chefes de famílias monoparentais)
- Pessoas indígenas
- Pessoas com mais de 50 anos
- População LGBTIQ+
- Pessoas com deficiência
- Pessoas com problemas de saúde
- Pessoas jovens
- Pessoas acolhidas há muito tempo nos abrigos emergenciais de Boa Vista

UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

1 MERCADO DE TRABALHO

UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

EIXO: MERCADO DE TRABALHO

1

PROBLEMA

Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal

VISÃO

Acesso de pessoas refugiadas e migrantes ao trabalho formal é ampliado de forma a se aproximar do mesmo patamar de inclusão laboral da comunidade de acolhida

CAUSAS

- Contexto nacional e local de aumento de taxas de desemprego
- Não aceitação da documentação fornecida pelas pessoas refugiadas (não reconhecimento pelas empresas e dificuldade para renovação)
- Dificuldade no acesso à capacitação profissional e de permanência nos cursos profissionalizantes
- Distância da residência para o local de trabalho e alto custo com transporte
- Cadastro em plataformas de recrutamento não contém campo de identificação da pessoa como refugiada, o que dificulta a potencial busca das empresas por candidatos
- Barreiras culturais e de conhecimentos da legislação trabalhista e do mercado de trabalho brasileiro
- Desafios no processo de matching (difícil intermediação diante do desconhecimento dos perfis das pessoas refugiadas pelas empresas e especificidade de vagas ofertadas)
- Profissionais refugiados sem a qualificação técnica exigida para algumas vagas de emprego ofertadas
- Dificuldade e alto custo para comprovação de experiências e qualificação profissional
- Dificuldade de abertura de conta bancária
- Xenofobia, discriminação e existência de barreiras culturais às pessoas refugiadas e migrantes
- Dificuldade de elaboração e atualização de currículos profissionais
- Alta incidência de exploração laboral
- Desconhecimento dos empregadores sobre a legislação voltada a pessoas refugiadas e migrantes, inclusive sobre possibilidade de contratação como Jovem Aprendiz e temporário
- Desconhecimento da população refugiada sobre formas de acesso ao mercado de trabalho formal
- Incidência de subocupação no mercado de trabalho nas pessoas refugiadas maior que na população brasileira
- Ausência de políticas públicas adaptadas a pessoas refugiadas, que tornem mais eficaz o acesso ao mercado de trabalho formal
- Falta de inclusão digital, dificuldade das pessoas refugiadas para identificar e utilizar recursos disponíveis e meios digitais
- Barreira linguística, baixa proficiência na língua portuguesa, afetando o acesso ao trabalho e às políticas e serviços públicos

EIXO: MERCADO DE TRABALHO

1

PROBLEMA

Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal

VISÃO

Acesso de pessoas refugiadas e migrantes ao trabalho formal é ampliado de forma a se aproximar do mesmo patamar de inclusão laboral da comunidade de acolhida

AÇÕES PROPOSTAS

Expandir e fortalecer a sensibilização e o engajamento com empregadores, com foco no fortalecimento da plataforma e do Fórum Empresas com Refugiados, em setores com maior potencial de contratação em cada região

Ampliar e sistematizar a atuação de parceiros com a oferta de apoio à empregabilidade, incentivando a atuação em rede. Dessa forma, expandindo e conectando parceiros para apoiar a empregabilidade em áreas estratégicas

Buscar parcerias para fomentar a inclusão digital da população refugiada

Aumentar a disseminação de informação para pessoas refugiadas sobre direitos trabalhistas e modalidades de trabalho para reduzir o grau de vulnerabilidade

Continuar promovendo a oferta complementar de capacitação profissional, com cursos com certificados reconhecidos nacionalmente, por meio dos parceiros

Capacitar e sensibilizar as empresas contratantes e de colocação no mercado de trabalho sobre como encontrar e contratar candidatos refugiados

Incentivar organizações da sociedade civil parceiras e empresas de colocação no mercado de trabalho para que atendam a padrão mínimo a ser estabelecido (por exemplo: os listados no site Empresas com Refugiados)

Apoiar eventos regionais de matching (por exemplo: aproveitar formatura de cursos para promover “feiras” com as empresas que querem contratar)

Ampliar o Fórum Empresas com Refugiados

Apoiar políticas públicas de empregabilidade já existentes, por meio do apoio técnico para o fortalecimento do SINE, com ações de sensibilização e capacitação. Aportar conhecimento técnico e articulação coordenada com escritórios locais do ACNUR

Garantir visibilidade a ações e campanhas de empresa privadas de colocação no mercado de trabalho dessa população, além de sensibilização e apoio técnico para parceiros

Realizar advocacy para oferta gratuita de capacitação pelo sistema público e privado (a exemplo do Sistema S)

Intensificar ações de comunicação, orientando que acesso a emprego formal não leva à perda de benefícios sociais (como Bolsa Família) em determinadas condições

Expandir número de empresas engajadas em recrutar refugiados

Buscar oportunidades de empregos “verdes” (na área de sustentabilidade) para pessoas refugiadas e migrantes

EIXO: MERCADO DE TRABALHO

1

PROBLEMA

Dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal

VISÃO

Acesso de pessoas refugiadas e migrantes ao trabalho formal é ampliado de forma a se aproximar do mesmo patamar de inclusão laboral da comunidade de acolhida

RESULTADOS ESPERADOS

- Pessoas refugiadas e migrantes empoderadas, com capacidade técnica e informadas sobre questões trabalhistas
- Empresas/setor privado com processos de contratação mais flexíveis e que se saiba onde encontrar candidatos refugiados e migrantes com perfis profissionais compatíveis com as vagas de emprego disponíveis
- SINE, organizações da sociedade civil parceiras e outras plataformas fortalecidos e informados para atender a demanda de empregadores e auxiliar no processo de inclusão laboral
- Empresas de colocação no mercado de trabalho e organizações da sociedade civil parceiras que atuam na preparação profissional de pessoas refugiadas capacitadas
- Pessoas refugiadas com mais acesso ao mercado de trabalho formal brasileiro e em igualdade de inclusão com a comunidade de acolhida
- Aumento nas oportunidades de emprego destinadas a pessoas refugiadas
- Melhora nas condições de trabalho e no acesso à renda por pessoas refugiadas

ATORES

- Poder público (Governo Federal, Ministério Público do Trabalho, secretarias estaduais e municipais)
- Organizações da sociedade civil que atuam com empregabilidade
- Empresas de intermediação de colocação no mercado de trabalho
- Federações de empresas, câmaras de comércio e indústrias
- Universidades e instituições educacionais
- Atores do desenvolvimento e instituições financeiras internacionais
- Agências das Nações Unidas (a exemplo de OIT, PNUD, OIM, UNIDO, FIDA, ONU Mulheres, UNICEF, UNESCO, entre outras)
- Organizações lideradas por pessoas refugiadas e migrantes
- Setor privado
- Fórum Empresas com Refugiados
- ABRH
- Plataforma R4V

1

INDICADORES

- Número de eventos, workshops e seminários organizados
- Número de instituições governamentais e ONGs que receberam apoio e assistência técnica para a proteção e integração de pessoas refugiadas, refugiadas indígenas e migrantes
- Número de pessoas refugiadas, migrantes e refugiadas indígenas apoiadas com acesso à certificação e formação de competências técnicas ou vocacionais
- Número de pessoas refugiadas, migrantes, refugiadas indígenas e membros da comunidade de acolhida que receberam apoio de iniciativas de colocação profissional
- Número de empregadores do setor privado que tenham contratado pessoas refugiadas e migrantes como resultado de iniciativas de sensibilização e/ou reforço de capacidades

Outros indicadores possíveis

- Proporção de empregados em nacionalidades que são foco (dados RAIS e IBGE)
- Proporção de média salarial de pessoas dessas nacionalidades foco versus brasileira com características comparáveis (dados RAIS)
- Número de vagas criadas por empresas do Fórum Empresas com Refugiados
- Percentual de estoque de vagas para pessoas refugiadas que são de empresas do Fórum Empresas com Refugiados
- Número de empregos gerados via plataforma Empresas com Refugiados
- Proporção de vagas preenchidas através de parceiros versus total disponibilizado
- Número de pessoas refugiadas recebendo apoio de parceiros para empregabilidade
- Satisfação de pessoas refugiadas com apoio de parceiros de empregabilidade
- Número de pessoas refugiadas empregadas até seis meses após capacitações
- Custo e tempo médio para revalidação de diplomas
- Número de pessoas refugiadas que receberam apoio psicossocial voltado para empregabilidade

2 EMPREENDEDORISMO E AUTOEMPREGO

EIXO: EMPREENDEDORISMO E AUTOEMPREGO

2

PROBLEMA

Dificuldade para acesso ao empreendedorismo e ao autoemprego

VISÃO

População refugiada com maior possibilidade de empreender e acesso ao autoemprego de forma segura e sustentável, com acesso a políticas de fomento e inclusão financeira

CAUSAS

- Falta de conhecimento e informação adequada para iniciar e gerir um negócio
- Falta de acesso à abertura de conta bancária, microcrédito e capital de giro e semente
- Desconhecimento de ACNUR e parceiros sobre iniciativas de fomento ao empreendedorismo
- Exclusão digital
- Falta de informações sobre exploração laboral e valorização do trabalho
- Falta de inclusão e educação financeira
- Falta de conhecimento do mercado e do ambiente de negócios no Brasil
- Falta de políticas de fomento ao empreendedorismo para população refugiada
- Parte da população empreende não por opção, mas por falta de oportunidades de emprego formal e por subemprego

AÇÕES PROPOSTAS

- Promover eventos de coexistência pacífica com empreendedores brasileiros e refugiados
- Pesquisar perfil socioeconômico e inclusão financeira de pessoas refugiadas com apoio de atores e agências de desenvolvimento
- Ampliar parcerias com programas de microcrédito para população vulnerável e apoio para sua divulgação junto à população refugiada
- Mapear políticas e iniciativas de empreendedorismo e microcrédito orientado existentes e disseminá-las
- Fomentar ações de comunicação e capacitar agentes e promotores comunitários para informar sobre como empreender e acessar microcrédito
- Estratégia de apoio com assistência financeira (CBI) conectada com o acesso a serviços bancários
- Incidência junto ao Banco Central, Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e instituições financeiras em nível nacional e local para que haja normativa nacional para inclusão bancária de população refugiada e maior acesso a contas bancárias e serviços financeiros
- Sensibilização e capacitação local para profissionais das instituições bancárias e financeiras

2

PROBLEMA

Dificuldade para acesso ao empreendedorismo e ao autoemprego

VISÃO

População refugiada com maior possibilidade de empreender e acesso ao autoemprego de forma segura e sustentável, com acesso a políticas de fomento e inclusão financeira

- Oferta de capacitação em gestão financeira de negócios e serviços bancários
- Identificar parceiros para aumentar a oferta de mentoria para negócios
- Apoiar políticas e planos federais, estaduais e municipais voltados para a integração de pessoas refugiadas e que contemplem sua inclusão financeira
- Divulgação de empreendedores refugiados nas plataformas do ACNUR, em especial a plataforma “Refugiados Empreendedores” e em parceiros
- Capacitação para pessoas refugiadas sobre estratégias de marketing digital e para vendas via plataformas digitais e marketplaces
- Intensificar ações de orientação sobre a manutenção de benefícios sociais (como Bolsa Família) mesmo que o beneficiário atue como MEI, em determinadas condições
- Fomento à inclusão de pessoas refugiadas em cooperativas e outros empreendimentos coletivos de autogestão, em especial vinculados à reciclagem e à produção de artesanato

RESULTADOS ESPERADOS

- Pessoas refugiadas com mais conhecimento sobre programas de microcrédito existentes
- Pessoas refugiadas preparadas para gestão financeira de negócios e com conhecimento sobre acesso a serviços bancários/financeiros
- Instituições bancárias e financeiras sensibilizadas e engajadas com a inclusão financeira de pessoas refugiadas
- Empreendimentos de pessoas refugiadas com maior visibilidade e mais acessos por potenciais consumidores

EIXO: EMPREENDEDORISMO E AUTOEMPREGO

2

PROBLEMA

Dificuldade para acesso ao empreendedorismo e ao autoemprego

VISÃO

População refugiada com maior possibilidade de empreender e acesso ao autoemprego de forma segura e sustentável, com acesso a políticas de fomento e inclusão financeira

- Pessoas refugiadas com acesso a programas de microcrédito e a serviços bancários
- Políticas federais/estaduais/municipais que promovem empreendedorismo seguro e sustentável com inclusão de pessoas refugiadas
- Maior valorização do trabalho das pessoas refugiadas e migrantes que atuam de forma autônoma ou por conta própria, melhorando sua saúde mental
- Pessoas refugiadas com acesso a políticas de fomento de empreendedorismo voltadas à população vulnerável
- Maior acesso à renda por meio de empreendedorismo e autoemprego, gerando mais autonomia, formalização dos negócios, acesso à moradia digna e proteção social (via pagamento de contribuições ao sistema de Previdência Social)

ATORES

- Governo Federal
- Secretarias estaduais e municipais de Desenvolvimento
- Instituições financeiras (Banco Central, Bancos públicos, Bancos digitais)
- Setor privado
- Kiva
- ABCRED
- ABDE e sistema brasileiro de fomento
- IFC
- Sistema S
- Plataforma R4V
- BID Lab

INDICADORES

2

Número de eventos, workshops e seminários organizados

Número de instituições governamentais e ONGs que receberam apoio e assistência técnica para a proteção e integração de pessoas refugiadas, refugiadas indígenas e migrantes

Número de pessoas refugiadas, migrantes, refugiadas indígenas e membros da comunidade de acolhida que receberam apoio de iniciativas de autoemprego ou empreendedorismo

3 EDUCAÇÃO E ENSINO DE PORTUGUÊS

UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

3

PROBLEMA

Barreiras linguísticas enfrentadas pela população refugiada, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, geração de renda e às políticas e serviços públicos existentes

VISÃO

Pessoas refugiadas e migrantes com acesso à educação e ao ensino de português como língua de acolhimento a partir de políticas públicas e intervenções que promovam a mitigação de barreiras linguísticas, melhorando o convívio social, integração socioeconômica e o acesso a direitos

CAUSAS

- Falta de políticas públicas que promovam o ensino de português como língua de acolhida
- Metodologias educativas ineficientes para atender as demandas das pessoas refugiadas
- Baixa inclusão digital (acesso à internet não é sempre garantido, o que representa desafios para cursos online)
- Falta de convívio social com a comunidade de acolhida (coexistência pacífica)
- Falta de intérpretes e mediadores culturais para acesso a serviços públicos
- Dificuldade de transporte e de rede de suporte para cuidados com os filhos (dificultando a assiduidade nos cursos presenciais de português)

AÇÕES PROPOSTAS

- Advocacy para fomentar e sensibilizar sobre a necessidade de criação de políticas públicas sobre ensino de português
- Identificação e capacitação de intérpretes e mediadores culturais
- Disseminar o conhecimento sobre o processo de revalidação de diploma e Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)
- Promover a participação das pessoas refugiadas e migrantes nas comunidades de acolhida, por meio da articulação de atividades e elaboração de metodologias pluriculturais, promovendo diálogo com universidades, organizações da sociedade civil e com a área de Educação dos governos Federal, estaduais e municipais
- Promover a participação da comunidade de acolhida em atividades ligadas ao acolhimento linguístico e cultural
- Promover encontros para trocas de boas práticas de atores que oferecem cursos de português para acolhimento
- Engajar o setor privado para apoio a iniciativas de aprendizado de português

3

PROBLEMA

Barreiras linguísticas enfrentadas pela população refugiada, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, geração de renda e às políticas e serviços públicos existentes

VISÃO

Pessoas refugiadas e migrantes com acesso à educação e ao ensino de português como língua de acolhimento a partir de políticas públicas e intervenções que promovam a mitigação de barreiras linguísticas, melhorando o convívio social, integração socioeconômica e o acesso a direitos

- Buscar aproximação com as Agências da ONU e outras organizações que atuam com oferta de cursos de português e/ou inclusão digital
- Buscar parcerias para estabelecer salas de informática dentro de abrigos ou nas comunidades de acolhida (como em escolas, CRAS e etc)
- Mapear iniciativas e parceiros existentes na área de inclusão digital e ter sessões informativas de inclusão; engajar setor privado para inclusão digital

RESULTADOS ESPERADOS

- Engajamento e conscientização das universidades da CSVM para revalidação de diplomas e fortalecimento dos cursos de Português
- Engajamento do setor privado para estratégias de inclusão digital
- Governos sensibilizados sobre a necessidade de criação de uma política pública para ensino de português como língua de acolhimento
- Maior sensibilização e engajamento da rede pública de ensino e assistência social
- Aumento da oferta de aulas de português com metodologias diferenciadas que atendam as demandas da população refugiada
- Maior número de pessoas refugiadas e migrantes capacitadas em português
- Melhoria da comunicação e acesso a direito das pessoas refugiadas
- Aumento do número de processos de revalidação de diplomas e acesso ampliado e qualificado a oportunidades de trabalho formal
- Pessoas refugiadas e migrantes com maior inclusão digital
- Criação de uma política pública com foco no português como língua de acolhimento
- Maior integração local e coexistência pacífica com a comunidade de acolhida
- Ampliação do acesso ao trabalho formal e aos serviços de políticas públicas existentes, em especial à educação e ampliação do convívio social

3

PROBLEMA

Barreiras linguísticas enfrentadas pela população refugiada, dificultando o acesso ao mercado de trabalho, geração de renda e às políticas e serviços públicos existentes

VISÃO

Pessoas refugiadas e migrantes com acesso à educação e ao ensino de português como língua de acolhimento a partir de políticas públicas e intervenções que promovam a mitigação de barreiras linguísticas, melhorando o convívio social, integração socioeconômica e o acesso a direitos

ATORES

- Universidade
- Institutos técnicos e instituições de ensino
- Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)
- Organizações da sociedade civil parceiras
- Comunidade de acolhida
- Organizações lideradas por pessoas refugiadas e migrantes
- Secretarias e área de Educação nos governos Federal, estaduais e municipais
- Setor privado
- Professores de português
- Pesquisadores
- Plataforma R4V

3

INDICADORES

- Número de eventos, workshops e seminários organizados
- Número de pessoas refugiadas e pessoas refugiadas indígenas apoiadas com formação linguística
- Número de instituições governamentais e ONGs que receberam apoio e assistência técnica para a proteção e integração de pessoas refugiadas, refugiadas indígenas e migrantes
- Número de pessoas refugiadas e migrantes cujos diplomas, títulos ou credenciais profissionais - obtidos através do ensino superior ou escolas profissionalizantes/vocacionais - foram certificados, reconhecidos ou revalidados no Brasil
- Número de intervenções de coexistência pacífica implementadas

4 POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

4

PROBLEMA

Políticas públicas não adaptadas e sensíveis a pessoas refugiadas e migrantes, gerando processos de exclusão social

VISÃO

Políticas públicas para pessoas refugiadas e migrantes formuladas e implementadas, de maneira participativa, nas esferas federal, estadual e municipal, priorizando as regiões de maior presença dessa população no Brasil

CAUSAS

- Desconhecimento sobre a população refugiada por formuladores e implementadores de políticas públicas
- Falta de consultas públicas acessíveis à população refugiada
- Existência de xenofobia, discriminação e racismo
- Falta de transversalização da pauta nas estruturas de Governo
- Falta de priorização (orçamentária, política, etc)
- Falta de diretrizes federais e articulação com níveis subnacionais
- Falta de marcos normativos locais
- Descontinuidade das políticas públicas (mudança de gestão, das equipes)
- Falta de capacidade técnica para elaboração de políticas públicas apropriadas e adequadas

AÇÕES PROPOSTAS

- Sensibilizar e capacitar gestores públicos (federais, estaduais e municipais)
- Promover participação de pessoas refugiadas e migrantes na elaboração de políticas específicas, via conselhos e comitês voltados a políticas para essa população
- Fortalecer o engajamento dos escritórios do ACNUR com os comitês e conselhos locais voltados a políticas para pessoas refugiadas e migrantes
- Advogar pela inclusão de pessoas refugiadas e migrantes nos espaços de participação social já consolidados, como conselhos de saúde, assistência social, entre outros.
- Apoiar a construção de política nacional, conforme prevê artigo 120 da Lei de Migração, garantindo orçamento e apoio (inclusive técnico) para sua implementação descentralizada nos estados e municípios
- Fortalecer e ampliar a participação de novos conselhos e comitês voltados a políticas para pessoas refugiadas e migrantes no Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados, Apátridas e Migrantes (FONACCERAM)

EIXO: POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

4

PROBLEMA

Políticas públicas não adaptadas e sensíveis a pessoas refugiadas e migrantes, gerando processos de exclusão social

VISÃO

Políticas públicas para pessoas refugiadas e migrantes formuladas e implementadas, de maneira participativa, nas esferas federal, estadual e municipal, priorizando as regiões de maior presença dessa população no Brasil

- Desenvolver metodologia de análise de contexto local, ofertando ferramentas adaptadas para desenvolvimento de marcos normativos, planos e estratégias com componente de monitoramento
- Fomentar assinatura de memorandos de entendimento com poder público, prevendo componente de Meios de Vida/ inclusão socioeconômica de pessoas refugiadas
- Ação de advocacy voltada para mecanismos de apoio interfederativo de forma que as responsabilidades pela integração das pessoas refugiadas sejam compartilhadas entre governos federal, estaduais e municipais, inclusive com repasses financeiros

RESULTADOS ESPERADOS

- Governos e servidores públicos capacitados
- Metodologia para a construção de marcos normativos e planos estabelecidos, seguindo contextos locais definidos
- Transversalidade das ações de apoio a pessoas refugiadas nos governos
- Demandas da população refugiada vocalizadas em espaços de construção de políticas
- População refugiada engajada/ mobilizada/ integrada, acessando políticas e serviços públicos
- Arranjo institucional fortalecido, com papéis definidos para cada nível federativo, e potencializando os processos de inclusão
- Política nacional para refúgio, migrações e apatridia estabelecida

ATORES

- Governos federal, estaduais e municipais, nos três níveis de poder (executivo, legislativo, judiciário)
- Sociedade civil organizada
- Academia
- Organizações lideradas por pessoas refugiadas e migrantes
- Conselhos e comitês municipais e estaduais voltados a políticas para pessoas refugiadas e migrantes
- Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes
- Plataforma R4V

INDICADORES

4

- Número de intervenções de coexistência pacífica implementadas
- Número de pessoas e/ou organizações capacitadas para promover a integração de pessoas refugiadas e migrantes
- Número de materiais publicados que fornecem informações relevantes aos decisores políticos e demais atores sobre iniciativas de integração
- Número de eventos, workshops e seminários organizados
- Número de instituições governamentais e ONGs que receberam apoio e assistência técnica para a proteção e integração de pessoas refugiadas, refugiadas indígenas e migrantes
- Número de ações de formação e campanhas de advocacy realizadas

5 INTERIORIZAÇÃO

UNHCR
ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

5

PROBLEMA

Pessoas com necessidades específicas de proteção (PCNEP) acolhidas em abrigos emergenciais, em Roraima, com acesso limitado à estratégia de Interiorização

VISÃO

Famílias e pessoas com necessidades específicas de proteção interiorizadas e integradas com autonomia e com melhora da situação socioeconômica

CAUSAS

- Aumento de pessoas com necessidades específicas de proteção (PCNEP) nos abrigos emergenciais de Boa Vista
- Falta de orçamento para financiar vagas nos centros de acolhida e integração nas cidades de destino
- Dificuldade em desenhar processos de interiorização e de integração para PCNEP nas cidades de destino
- Insuficiência de políticas públicas para acolhimento e integração socioeconômica nas cidades de destino
- Dificuldade de interlocução, sensibilização e engajamento de atores públicos e privados que atuam no acolhimento e integração econômica de pessoas refugiadas e migrantes
- Falta de capacidade material e de equipe para o monitoramento após a Interiorização

AÇÕES PROPOSTAS

- Financiar centros de acolhida e integração (CAIs) e apoiar com assistência financeira (CBI) pessoas interiorizadas para CAIs não financiados pelo ACNUR
- Capacitação contínua de CAIs para a construção de estratégias de saída das pessoas
- Apoiar processos de proteção com base comunitária para ampliar o senso de autonomia e comunidade na busca por emprego e incentivar lideranças, projetos e cooperativas de pessoas venezuelanas interiorizadas
- Impulsionar ações de empregabilidade para PCNEP junto às empresas do Fórum Empresas com Refugiados e mobilizar outras empresas para oferta de vagas de emprego pela Interiorização
- Apoiar organizações que atuem com projetos de Interiorização para incluir PCNEP
- Implementar edições anuais do projeto Empoderando Refugiadas
- Ampliar a articulação entre municípios e estados, sobretudo por meio de comitês e conselhos estaduais e municipais, priorizando o trabalho nas cidades onde ACNUR atua com parceiros implementadores

5

PROBLEMA

Pessoas com necessidades específicas de proteção (PCNEP) acolhidas em abrigos emergenciais, em Roraima, com acesso limitado à estratégia de Interiorização

VISÃO

Famílias e pessoas com necessidades específicas de proteção interiorizadas e integradas com autonomia e com melhora da situação socioeconômica

Mapear instituições que tenham expertise em trabalhar com públicos específicos, como casas para idosos, e fortalecer suas capacidades para acolher e integrar as populações refugiadas e migrantes

Promover capacitação socioeconômica (geração de renda/gestão financeira), cursos profissionalizantes, vocacionais e de português para PCNEP em Roraima, antes da Interiorização

Envolver outras agências da ONU e organizações parceiras no advocacy pelo acolhimento de famílias monoparentais com oferta de vagas em creches e outras estratégias para empregabilidade

Convidar empregadores e organizações especializadas para promover palestras nos abrigos sobre questões relacionadas a soft skills, leis trabalhistas brasileiras, importância do trabalho formal, etc.

Desenhar metodologia contínua de monitoramento pós-Interiorização baseada nos indicadores do planejamento multianual da Operação do ACNUR no Brasil

Conduzir, anualmente, grupos focais e avaliações com pessoas interiorizadas para entender os problemas, com base em perguntas pré-determinadas

Implementar painel com informações sobre a atuação do ACNUR na Interiorização

Avaliar o impacto dos projetos de interiorização financiados ou apoiados pelo ACNUR

RESULTADOS ESPERADOS

Centros de acolhida geridos por parceiros implementadores e operacionais capacitados para a acolhida e a construção de estratégias de saída do acolhimento, sobretudo para PCNEP

Interiorização anual de 1.500 pessoas que vivem nos abrigos emergenciais de Boa Vista/RR, nas modalidades Institucional e vaga de emprego sinalizada (VES), sendo 50% PCNEP, com agilidade da saída dos centros de acolhida (CAIs), redução progressiva de dependência e fortalecimento das capacidades individuais

Maior rotatividade de vagas nos CAIs e manutenção dos três meses como tempo médio de acolhimento

Planos de trabalho com organizações que implementam projetos de Interiorização

Empresas sensíveis aos perfis prioritários engajadas por meio do Fórum Empresas com Refugiados

100 mulheres por ano com capacitação, empregabilidade e interiorização, por meio do projeto Empoderando Refugiadas

5

PROBLEMA

Pessoas com necessidades específicas de proteção (PCNEP) acolhidas em abrigos emergenciais, em Roraima, com acesso limitado à estratégia de Interiorização

VISÃO

Famílias e pessoas com necessidades específicas de proteção interiorizadas e integradas com autonomia e com melhora da situação socioeconômica

- Feiras de promoção de empregos promovidas nas quatro localidades com parceiros implementadores
- Municípios e estados fornecendo maior apoio a organizações que trabalham com o acolhimento e integração de pessoas interiorizadas
- Atores locais que trabalham com perfis específicos - mulheres chefes de família, pessoas idosas e com condições médicas de saúde - sensibilizados para atuar com esses mesmos perfis venezuelanos na Interiorização
- Metodologia de monitoramento criada para acompanhar as necessidades da população interiorizada

ATORES

- Organizações da sociedade civil atuando como parceiros implementadores e operacionais
- Atores da Operação Acolhida
- Universidades
- Governos federal, estaduais e municipais
- Setor privado
- Instituição financeira operadora de CBI
- Comunidade de acolhida
- Plataforma R4V

INDICADORES

5

Número de pessoas formadas para reforçar o ambiente de proteção e de soluções duradouras às pessoas refugiadas e migrantes

Número de pessoas interiorizadas apoiadas diretamente pelo ACNUR

Número de instituições governamentais e ONGs que receberam apoio e assistência técnica para a proteção e integração de pessoas refugiadas, refugiadas indígenas e migrantes

A Unidade de Meios de Vida do ACNUR no Brasil reconhece a contribuição de diversas pessoas e organizações para o desenvolvimento da presente Estratégia. O documento contou com o trabalho do quadro de funcionários do ACNUR, bem como dos parceiros que contribuíram para a elaboração dessa Estratégia com seus valiosos comentários.

UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

@ACNURBrasil
/ACNURPortugues
@acnurbrasil

@acnurbrasil
/company/acnurportugues
ACNUR Brasil

acnur.org.br

Países doadores do ACNUR Brasil e programas globais com fundos flexíveis que apoiam a resposta humanitária no país

Doadores privados do ACNUR Brasil

O ACNUR Brasil também agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.